

Flexibilização maior do mercado de energia elétrica entra na pauta do setor

Comitiva que esteve em viagem à Europa debate possíveis soluções para eventual liberalização de segmento no Brasil

Fábio Couto
Rio de Janeiro

Um dos pontos que a comitiva de agentes do setor elétrico analisou, na viagem à Europa entre o fim de outubro e o início de novembro, foi o funcionamento do mercado livre no continente, diante da recente liberalização das migrações para quaisquer consumidores – inclusive residenciais, de baixa tensão. O “Encontro Brasil-Europa – Mercados de Energia, Eficiência e Sustentabilidade”, realizado em São Paulo, na semana passada, foi o palco do debate sobre o tema.

O objetivo foi o de conhecer as diferentes alternativas para dar suporte à comercialização no continente, após a flexibilização total do mercado e com as tratativas para a integração energética dos 27 países da União Européia. Algumas dessas iniciativas, avaliam esses agentes, podem ser consideradas aplicáveis no país.

Uma das medidas, avaliou a conselheira da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, Élbida Mello, pode ser a maior participação do mercado livre na expansão da oferta. Segundo ela, o atual modelo regulatório ainda é recente e as características do sistema são diferentes em relação à Europa. Porém, avaliou, há espaços para aperfeiçoamentos em aspectos legais e regulatórios que permitam ao setor “ousar” nas soluções.

“Uma estrutura de governança bem definida permite uma abertura maior do mercado na medida em que preserva seus fundamentos”, analisou. Para isso, observou a executiva, alguns pontos ainda teriam que avançar, como a atuação de novos agentes, como bolsas de valores e clearings, aumento da integração com a América Latina, integração dos mercados de eletricidade e gás e a possibilidade de maior uso do mercado de capitais como garantia de liquidez.

Na Europa, não há obrigatoriedade de contratação prévia: há negociações em bolsa de valores e em mercados futuros (derivativos), bem como contratação em balcão, de curto prazo ou no mercado a termo. Lá, o setor elétrico tem tratamento equivalente ao de uma indústria com características estratégicas. Também há forte regulação e instrumentos de transparência de mercado.

Élbida observou ainda que no continente há leilões do tipo day-ahead e intraday, e os preços refletem as expectativas de oferta e demanda – formação por bid. A questão ainda é nova e demanda muitos ajustes, salientou. Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico, Nivalde José de Castro,

recorrer ao mercado financeiro para garantir financiabilidade de projetos do setor ainda está numa realidade distante no país.

De acordo com ele, o país ainda está com a geração associada à expansão e o mercado de capitais do Brasil ainda não atingiu grau de maturidade suficiente para garantir recursos para financiar o aumento de oferta. Castro destacou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ainda é o principal financiador de projetos de infra-estrutura no Brasil e que os empreendedores precisam conceder garantias para a obtenção do crédito.

O secretário-geral da European Federation of Energy Traders (Efet), Jan van Aken, avaliou que a liberalização permite liberdade de escolha pelos consumidores e a criação de condições para introdução de mecanismos de mercado que permitam mais eficiência nas operações. Ele lembrou que o país também terá que harmonizar uma série de questões, como a Europa – e que por sinal ainda há pendências a serem resolvidas pela comunidade europeia.

Uma questão que foi levantada pelo especialista Marcelo Prais, do ONS, é o da volatilidade dos preços de curto prazo, que está associada à capacidade de regularização dos reservatórios, independente do modelo adotado, seja por bids, seja pelo custo. Mas para o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman, são necessários aperfeiçoamentos como a implementação de regras para gestão de demanda e a proteção do consumidor.

Para Kelman, a introdução de mecanismos financeiros para o setor é preocupante, já que o país ainda precisa expandir a oferta e o temor é que haja alavancagem excessiva, sem lastros físicos. No entanto, ele defende a criação de mecanismos de liquidez para certificados de energia assegurada. O presidente do conselho de administração da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica, Luiz Fernando Vianna, destacou a necessidade de avanços na formação de preços de curto prazo como uma das prioridades para se avançar nos processos de abertura do mercado de energia.

“Não vejo nenhuma razão econômica para que o consumidor não possa passar esses certificados. Nós da Aneel já sugerimos isso e não vejo porque não implantar”, disse. Kelman também avalia que a participação de consumidores livres e autoprodutores em leilões de energia pode ser avaliada, embora a solução não seja simples, por conta da exigência de garantias.

COUTO, F. Flexibilização maior do mercado de energia elétrica entra na pauta do setor. Agência Canal Energia, Mercado Livre, Mídia Online, 24/11/2008